

ENCONTRO DAS ÁREAS CULTURAIS: O DESAFIO



ADRIANO MOREIRA

**Presidente do Conselho Nacional de Avaliação
do Ensino Superior
Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa**

1 – A inquietação em que vive a comunidade internacional, talvez já vítima de uma guerra em progresso, tendo como referência o teor do encontro das áreas culturais, filia-se num paradigma sem precedente histórico, que é o de todas elas falarem com voz própria na defesa dos seus interesses, das suas percepções, dos seus projectos de poder, das suas utopias.

Na experiência anterior dos povos ocidentais, as soberanias lidaram com a pluralidade cultural seguindo um trajecto que apontou para o resultado final da coincidência entre a Nação e o Estado, um desígnio nunca inteiramente realizado, com dramas sofridos pelas minorias, e com tardia afirmação global apenas nos XVIII Pontos de Wilson no fim da guerra de 1914-1918.

Esta memória foi obscurecida pela circunstância de a Europa ter criado um verdadeiro Império Euromundista que, sobretudo entre a Conferência de Berlim de 1885 e o fim da Guerra de 1939-1945, levou a conceptualizar o *resto do mundo* como habitado por povos *bárbaros* ou *selvagens*, em relação aos quais a missão europeia se mostrava composta de variantes: os peninsulares assumiram a missão de evangelizar, os franceses a de disseminar as luzes, os ingleses

invocaram o pesado encargo de levar a civilização aos povos que viviam sob os céus distantes.

Ainda hoje o estatuto do Tribunal da Haia estabelece que lhe compete aplicar o direito dos povos civilizados. De facto era a voz dos colonizadores que se ouvia em nome desse *resto do mundo*, ficando em surdina a voz da China remetida para a impotência.

Este sistema euromundista, que teve uma espécie de desvicionismo com a independência dos EUA, não conseguiu eliminar uma competição interior pelo domínio do centro do sistema, competição que, por duas vezes na mesma geração, subiu aos extremos com as guerras chamadas mundiais pelos efeitos, mas exclusivamente europeias e ocidentais pelas causas primárias.

O desastre da guerra de 1939-1945 mais uma vez levou os ocidentais a imaginarem-se capazes de organizar um futuro mundial pacífico, apoiados na sua dura experiência e nos princípios da sua área cultural.

Foi com esta visão do futuro, mas condicionados pelos conceitos estruturais do antigo sistema de poderes, que redigiram a Carta da ONU: os intervenientes fundadores eram apenas ocidentais, os seus valores e perspectivas eram ocidentais, de modo que a realidade veio surpreendê-los logo que o processo de descolonização foi fazendo crescer na Assembleia Geral, até serem maioria, os Estados nascidos no tal *resto do mundo* de que tinham retirado as legiões do poder colonial europeu.

O desencontro entre os conceitos sobreviventes à ruína da estrutura política que tinham organizado, e as leituras de inovação surpreendente que os novos Estados faziam dos textos escritos pelos ocidentais, não esteve apenas presente na paralisação do Conselho de Segurança, ou nas fracturas verificadas nos debates da Assembleia, também teve efeitos nas guerras marginais, designadamente na Indochina francesa, na versão americana do Vietname, na Argélia, nos treze anos de guerra no ultramar português, na guerra fria que por meio século, findo com a queda do Muro de Berlim em 1989, entregou a ordem mundial ao equilíbrio instável dos Pactos Militares.

2 – É necessário salientar que o modelo feliz das Organizações Especializadas, nas quais o veto não teve lugar, e os valores comuns da humanidade puderam ser reverenciados, permitiu que se desenrolasse uma humanista linha valiosa, sustentada designadamente pela UNESCO, pela FAO, pela OMS, linha à qual

devemos serviços inestimáveis, com as insuficiências que os Relatórios anuais do *PNUD – Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento* lembram aos governos responsáveis e à consciência dos que escutam o clamor dos povos desamparados e o apelo aos valores de que falava Cícero.

Por outro lado, enquanto a linha do poder político ocidental, defrontada com a globalização, viu acentuar a *crise dos Estados soberanos* (Nye), com muitos deles a decair para a categoria de *exíguos*, e com a *solidão* a rodear a *superpotência* sobranceira, a *sociedade civil* desenvolveu tendências e estruturas transnacionais e transfronteiriças; a *opinião pública mundial*, sonhada por Willson na paz de 1918, despontou com resultado evidente na libertação de Timor; *autoridades novas*, para além do Estado, muitas vezes usando apenas aquilo que Vaclav Havel chamou *o poder dos sem poder*, afirmam-se nos domínios da ciência e da tecnologia, da espiritualidade, ou sobem aos extremos da *guerra assimétrica* como acontece com os agentes do terrorismo global.

O resultado é que grande parte da conceptualização que presidiu à racionalização e orientou a eficácia da ordem internacional das soberanias até ao esgotamento do império euromundista, está desactualizada, as novas propostas doutrinárias são frágeis, o tempo demorado que é exigido pela elaboração científica anda ultrapassado, em muitos sectores, pelo tempo acelerado das mudanças.

Abordando os critérios clássicos, Thomas Friedman sugeriu que a classificação básica dos Estados é agora entre – *shapers e adapters* (2000), tendo em vista a contribuição respectiva para as redes da sociedade da informação e do saber, ou a decadência para simples utilizadores marginais. O critério, que deixa em lugar cimeiro a *superpotência* sobranceira, obriga-o todavia a seriar, na mesma tabela, não apenas o Estado, mas também multinacionais e activistas, procurando, com diversidade, a guerra vitoriosa, o lucro, ou o respeito pelos direitos humanos: as *redes*, essa descoberta sistematizada por Castells (1997), parecem desenhar uma governança transestadual de nova invenção, ao mesmo tempo desafiando e cobrindo as omissões da velha invenção cultural que é o *Estado soberano*, a manter-se firme apenas nos modelos dos chamados *Estado-continente*, como são os EUA, a China, a União Indiana.

O laborioso Friedman conclui que “in a wired world without walls, the future belongs to the shapers and adapters – and they can be companies or consumers, superpowers or superempowered individuals”.

Os internacionalistas, desafiados pelo tempo acelerado da mudança, tentam conservar o modelo da ordem secular, considerando heréticos os ameaçadores *Rogue states*, como adiantou Chomsky (2003), uma qualificação em exercício para enfrentar o erro no Iraque e o plano atômico do Irão; outros desistem da racionalização teórica, e falam-nos da *anarquia* (Buzan, Jones, Little) sem esperança de organizar o caos.

Mais animosas, outras propostas consideram a racionalização a partir do reconhecimento de que *as forças transnacionais são dominantes* (Marcel Merle), que *a interdependência sistémica é inelutável* (Cooper, Morse, Bergstein), e que a *resistência soberanista* (Kenneth Woltz) se apoia no *mito da suficiência*.

O facto mais inquietante é que a Cimeira de Setembro de 2005, que reuniu 170 Chefes de Estado e de Governo para estabelecer os princípios guias da reorganização da ordem mundial, não conseguiu resultados animadores.

Perante o desafio que é, na linguagem de Nye e O’Keahane, substituir o modelo do *state centric paradigm* por um modelo de *world paradigm*, define-se o diálogo a abranger uma pluralidade heterogénea de agentes: entre estes agentes, os que falam pelo pluralismo das áreas culturais, os que falam pelo regresso das sociedades multiculturais que desactualizam as sociedades nacionais, fazendo regressar os *mitos raciais* que a UNESCO combateu, vendo aparecer os *mitos culturais*, provocando o aparecimento de *colónias interiores* de imigrantes, conflitos internos de alta intensidade como em França, e tensões que apontam para a subida aos extremos da guerra assimétrica.

3 – O Papa Paulo VI, que afirmou na Assembleia Geral da ONU que o novo nome da paz é o desenvolvimento, instituiu o Dia da Paz a celebrar no dia 1 de Janeiro de cada ano. E foi para o ano de 1978 que escreveu a sua última mensagem sobre o tema da Paz, usando as seguintes palavras: “A Paz, repetirei, não é um sonho ideal, nem uma atractiva mas estéril e inalcançável Utopia. É, e pode ser, uma realidade – uma realidade dinâmica que deve ser criada em cada patamar da civilização, como o pão de que vivemos, o fruto da terra e da divina Providência, mas também produto do trabalho humano. Igualmente a paz não é um estado de indiferença pública no qual, aqueles que a desfrutam, estão dispensados de qualquer cuidado e protegidos de qualquer perturbação permitindo-se uma estável e tranquila felicidade saboreando mais da inércia do hedonismo do que um vigilante e diligente esforço. A paz é um equilíbrio

baseado no movimento e continuamente anima a energia do espírito e acção: é uma inteligente e vivida coragem”.

Este apelo à intervenção de cada homem foi acompanhado pela proclamação da UNESCO no sentido de que a *guerra começa no coração dos homens*, uma convergência evidentemente baseada na percepção da unidade do género humano a viver na casa comum que é a terra; e também iluminada pela experiência já adquirida de que a paz é indivisível num mundo unificado pela globalização das interdependências, um facto demonstrado por duas guerras chamadas mundiais, que se desenrolaram na mesma geração, e que foram exclusivamente ocidentais pelas causas e mundiais apenas pelos efeitos, hoje chamados colaterais, que atingiram todas as áreas culturais, todas as etnias, todos os lugares da terra.

A polemologia que dominava o pensamento orientador dos responsáveis pelas subidas aos extremos, tinha como elemento fulcral a afirmação de que o *uso da violência armada* era um direito exclusivo dos Estados soberanos, e seriava as causas dos conflitos com referência aos conceitos estratégicos de cada uma dessas unidades políticas, que no Ocidente, e depois da Batalha de Valmi (1792), segundo a notável observação de Goethe, combatiam em nome da Nação, e não em nome dos príncipes. Mas os povos que entraram armados na história da Revolução de 89, foram identificados por dois critérios de contornos diferenciados: o povo de Ficht, ao qual se dirigiu com os *Discursos à nação alemã* (1807) é a Volk Germânica, comunidade de espírito, de sangue e de língua, mais do que a ideia do povo de cidadãos com que o romantismo exaltou as insurreições em nome da liberdade das nações. De 1815 a 1871 as nações organizaram-se em Estados, destacando-se, para o futuro da Europa, a Itália e a Alemanha.

Os factos não asseguraram que o povo de cada Estado europeu correspondesse ao conceito de nação, e a articulação da *nação de cidadãos* e da *nação cultural* apoiou a discriminação de minorias afastadas do acesso à área dos direitos políticos e do exercício do poder, levando à criação da categoria dos cidadãos passivos, um panorama que explodiu na segunda guerra mundial com os crimes contra a Humanidade, os crimes de guerra, e sobretudo o genocídio.

Esta realidade plural dentro do Estado tinha sido a regra durante os regimes monárquicos que conduziram o processo da demorada integração cultural, facto de que Portugal é um exemplo, porque aqui tivemos um regime de *Rei das Três Religiões*, e as Ordenações, quando foi publicado o Código Civil de Seabra

(1867) ainda guardavam capítulos separados para os judeus, para os ciganos, e para os mouros de Castela. De qualquer modo, a *Nação* foi o objectivo ocidental, o patriotismo foi a virtude cultivada, as fronteiras salvaguardaram estas identidades num ambiente de inimigos íntimos que caracterizava a relação entre Estados com fronteiras comuns.

O tema das minorias esquecidas pela doutrina da igualdade da cidadania, voltou recentemente à superfície com a acelerada evolução da sociedade americana.

O famoso Samuel P. Huntington, que formulou a inquietante teoria do conflito das civilizações, dedicou-se a analisar a identidade americana num livro publicado em 2004, com o título – *Who are we?*, e no ambiente criado pelo brutal ataque de 11 de Setembro de 2001. Nota que, nessa ocasião, a manifestação do patriotismo foi geral, mas interroga-se sobre os vários conteúdos do conceito. Conclui que o núcleo duro do patriotismo americano foi o dos anglo-saxões protestantes, e que a assimilação das novas comunidades é dificultada pela facilidade da ligação às origens. Afirma que “the twenty-first century is beginning as an age of religion. Western secular models of the state are being challenged and replaced”: no Irão a revolução fundamentalista esmagou a ocidentalização; a queda do sovietismo abriu caminho à reafirmação da religião ortodoxa como fundamental para “the establishment and development of Russia’s spirituality and culture”; na Turquia a herança de Atatürk é desafiada por um movimento islamizante; factos equivalentes desafiam a herança de Nehru na Índia, de Ben Gurion em Israel, de Nasser no Egipto, para concluir que: “the increased salience of religion to the identity of nations and peoples also meant the increased association of religion with conflicts in many parts of the world”. Quando se recorda o vaticínio de André Malraux, segundo o qual o século XXI ou será religioso ou não será, estas advertências de Huntington parecem inquietas com o sentido do percurso.

De qualquer modo, o que retiramos desta análise da estrutura cultural da população da superpotência sobranceira, é que a falta de integração das minorias pode subir aos extremos de ameaça à estabilidade política e à vida pacífica da sociedade civil, agora com uma demonstração alarmante na sublevação que durante longos dias inquietou a França e alertou a Europa, num crescendo de que os EUA não tiveram experiência na época em que Luther King pregou o seu sonho.

Nesta análise, a presença dos factores religiosos exige uma atenção minuciosa. Um dos mais influentes escritores contemporâneos, Edward O. Wilson, num

livro famoso intitulado *Consilience, The unity of Knowledge*, publicado em 1998, depois de sustentar a evolução para uma metaciência, convida-nos a pensar na negociação entre Mefistófeles e Fausto, nestes termos: “From Christopher Marlowe’s play to Goethe’s epic poem the bargain was essentially the same: earthly power and pleasure in exchange for your soul... Marlowe upheld Protestant piety, Goethe the ideal of humanism”.

A perversão do nosso tempo é que o terrorismo global aponta para um sistema que introduz valores religiosos no conceito estratégico que proclama, e oferece a salvação em troca da conquista do poder pela vitória armada.

Esta via exige uma convergência das grandes lideranças espirituais do mundo, falando à sociedade civil mundial, transfronteiriça e transnacional, para que os valores comuns sirvam de alicerce a uma intervenção solidária a favor da paz.

Foi uma das cruzadas de João Paulo II com a Nova Mensagem de Assis. Mas também a UNESCO, assumindo que a nossa época está a experimentar uma crise de valores, reuniu num livro de 2004, intitulado *The future of values*, meditações fundamentais sobre – *The future of values* –, *Globalization, New Technologies and Culture*, – *Towards New Social Contracts?* – *Science, Knowledge and Foresight*. Relembrando Paul Ricoeur, Henri Michaux, François Ost, Marcel Gauchet, entre outros, inclui nas conclusões esta sentença do mestre Max Weber: “the possible will not be achieved unless the impossible is attempted over and over again in the world”.

Talvez um dos desafios mais importante esteja na urgência do proposto *ethical contract* para uma sociedade global com desafios planetários, incluindo aprender a respeitar a natureza, a valorizar as diversidades culturais, a assegurar os direitos humanos e a segurança, a implantar o valor da cidadania mundial.

Este último objectivo está intimamente relacionado com a evolução do modelo nacional como referência orientadora das comunidades políticas, para o multiculturalismo da humanidade sem fronteiras.

A experiência tem demonstrado o predomínio de uma espécie de teologia de mercado, que descontrola as migrações das áreas da geografia da fome em direcção à cidade planetária do norte do mundo, onde as sociedades são afluentes, de consumo, a caminho de substituir o músculo pela máquina e a memória pelo computador, e a transferir o trabalho menos qualificado para imigrantes.

É natural, como adverte Eduardo Felipe P. Matias, em *A Humanidade e as suas fronteiras. Do Estado soberano à sociedade global* (2005) que as instâncias supraestaduais sejam indispensáveis como resposta, incluindo a reforma da ONU, mas parece evidente que as sociedades multiculturais se desenvolvem vítimas de alguns claros desvios: o mercado atraiu e acolheu essas migrações como se fossem seguramente de torna-viagem, em função das necessidades económicas; de facto vieram para ficar, e designadamente existe um recente *Islão europeu* com cerca de 18 milhões de pessoas; não houve uma *política de acolhimento*, para amparar os efeitos mais dramáticos da migração que é o corte com as origens, nem uma *política de integração* articuladora das diferentes culturas, nem uma *política de assimilação* em regra apenas eficaz na terceira geração: o efeito são *as colónias interiores*, a *exploração do trabalho*, a *discriminação*, o regresso dos *mitos raciais* com a versão semântica *de mitos culturais*; uma *angústia envolvente* que viabiliza as condutas desviantes, e o recrutamento de mártires pelos movimentos extremistas.

O apelo às autoridades espirituais, para que os valores da paz sejam respeitados, exercitados, e tidos na presidência dos encontros multiculturais, é um esforço não dispensável para que este facto sem precedente na história da Humanidade, que é o de todas as áreas culturais falarem com voz própria, seja um marco histórico na compreensão da unidade do género humano, e não uma causa da subida aos extremos da conflitualidade também sem precedentes.

4 – Fomos atempadamente advertidos de que o bater de asas de uma borboleta no Pacífico poderia originar um tufão no continente americano. Não houve advertência suficiente para antecipar que uma inspiração de modesto e pouco advertido caricaturista, das margens do Atlântico, provocaria uma inaceitável tempestade ao longo do cinturão muçulmano que, de Gibraltar à Indonésia, separa o Norte do Sul do mundo. O tema dos valores ocidentais, e da relevância que entre eles assume a liberdade de expressão, não suscita dúvidas ou cedências, mas também não dispensa o aprofundamento da temática das relações entre áreas culturais diferenciadas, que tanto preocupa a ONU, nem a observância de uma atitude de respeito mútuo assumida. Este é um pressuposto mais sólido e mais exigente do que a tolerância, entre entidades que deixaram de ser apenas fronteiriças para assumirem o desafio da criação de sociedades multiculturais, em busca sinuosa de integração funcional, da pacífica troca de padrões, da criação de um tecido conjuntivo de sociedade civil de confiança. O desatino da violência mobilizada ao longo do cordão muçulmano, e que manifestamente procura também arrastar o islamismo europeu, está certamente

em contradição com os valores da paz acolhidos pelos livros santos de todas as religiões, mas não é novidade que os conceitos estratégicos de projectos políticos manipulem a doutrina para emocionar as massas a favor dos seus objectivos de poder. No caso presente, em que o tufão abala alicerces da nossa sociedade afluyente, viola a paz interna das nossas sociedades multiculturais, e coloca em suspenso as boas normas das relações internacionais, o esforço para conservar valores inalienáveis é exigível, a pregação do comedimento é urgente, a responsabilização das lideranças espirituais e culturais no sentido de evitar a subida aos extremos não pode ser dispensada. Mas também não é possível ignorar que as defesas ocidentais da sua concepção de vida, da integridade das suas estruturas, da sustentação da sua própria viabilidade, mostram fragilidades que se aprofundam à medida que a pós-industrialização avança, e que as entidades responsáveis pelo plano de batalha em curso tem o ocidente como inimigo, adoptam o terrorismo como método, usam as massas como instrumento, praticam o sacrifício dos inocentes para quebrar a confiança das sociedades civis. Neste plano, dando à questão da segurança e defesa a autonomia que exige, a menos acertada das atitudes está provavelmente no facto de os ocidentais não se assumirem como objecto indiviso desta agressão em progresso, não decidirem que a reinvenção da governança mundial exige uma sua atitude responsável e mobilizadora, que ultrapassem as diferenças internas que parecem menores em face da dimensão da crise, e que reconheçam que não pode ser adiado o diálogo e o entendimento com os poderes estaduais emergentes na moldura do globalismo. Não parece sustentável adiar o reconhecimento de que a China tem uma nova percepção da ordem mundial, e de que a sua responsabilidade na construção de um novo modelo será indispensável; a cultura da Índia, que envolve o seu poder emergente, tem de ser um apoio no sentido de uma nova ordem ultrapassar as capacidades do terrorismo global, e da anarquia induzida; a Rússia, finalmente encaminhada para ser um Estado cooperante, é indispensável participante nessa definição. Parece de primeira evidência que o diálogo das culturas, centrado em valores comuns que incluam o respeito pelas diferenças, e a invulnerabilidade do núcleo central da identidade de cada área, não será estruturante se os poderes políticos em declínio não meditarem sobre a distância que vai das suas capacidades efectivas à sobrevivente imagem das suas hierarquias passadas. Urgindo reconhecer que é necessário ultrapassar o diálogo menor que divide os ocidentais a partir de memórias mal racionalizadas, para dinamizarem com unidade a convergência dos poderes emergentes a favor da paz. Os débeis resultados da cimeira de Setembro de 2005, na ONU, assentaram na conservada visão de um mundo que já não existe, que já não existia na data da organização do Conselho de Segurança, porque alguns dos Estados que receberam o

privilégio do veto tinham perdido na guerra as capacidades com que organizaram os impérios. É nas áreas que essas soberanias chamaram – *o resto do mundo*, que estão os poderes emergentes. A reinvenção da governança mundial exige uma espécie de paz dos bravos.

BIBLIOGRAFIA

- Adler, Alexander, *J'ai vu finir le monde ancien*, Grasset, Paris, 2002
Arendt, Hannah, *On violence*, Harvest Book, Londres, 1980
Arnove, A. (dir.), *L'Irak Assiégé*, Paragon, Paris, 2003
Aron, Raymond, *La République Imperiale*, Plon, Paris, 1973
Brzezinski, Z., *Le vrai choix. L'Amerique et le reste du monde*, Odile Jacob, Paris, 2004
Bouchard, G., *Genèse des Nations et cultures du nouveau monde*, Le Boréal, Montréal, 2000
Buzan, Barry; Jones, Charles; Little, Richard, *The Logic of Anarchy*, Columbia University, 1993
Chomsky, Noam, *Rogue States*, South End Press, Cambridge, 2003
Chomsky, Noam, *Pirates and Emperors, Old and New*, Pluto Press, Londres, 2002
Friedman, Thomas L., *The Lexus and the Olive Tree*, Anchor Books, New York, 2000
Huntington, Samuel, *Le choc des civilisations*, Odile Jacob, Paris, 1997
Huntington, Samuel, *The clash of civilisations*, Foreign Affairs, 1993
Huntington, Samuel, *The lonely superpower*, Foreign Affairs, 1999
Meddeb, Abdelwahah, *A doença do Islão*, Relógio d'Água, Lisboa, 2002
Moreira, Adriano, *A Europa em formação*, I.S.C.S.P., 4.^a ed., Lisboa, 2004
Moreira, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 2002
Naisbitt, John, *Megatrends Ásia*, Simon and Schuster, New York, 2000
Nye Jr., Joseph S., *The Paradox of American Power*, Oxford University, 2002
Revel, Jean-François, *L'obsession Anti-Américaine*, Plon, Paris, 2002
Smith, Adam, *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*, The University of Chicago, 1952
Steinberg, Ted, *Acts of God: The Unnatural history of natural disaster in America*, C.W. Reserve University, Cleveland, 2002
Tavares Ribeiro, Maria Manuela (coord.), *A Ideia de Europa. Uma Perspectiva Histórica*, Quarteto Editora, Coimbra, 2003
Tavares Ribeiro, Maria Manuela (coord.), *Europa em mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*, Quarteto Editora, Coimbra, 2003
Tocqueville, Alexis, *De la démocratie en amerique*, Gallimard, Paris, 1951
Toffler, Alvin et Heidi, *Guerre et Contre-Guerre*, Pluriel, Paris, 1993
Toynbee, Arnold, *Civilization on Trial*, New York, 1948
Weber, Max, *Le savant et la politique*, La Decouverte, Paris, 2003.

Academia das Ciências

20/04/06